



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

THOMAZ CHAGAS PINTO

Matrícula 10/26071

**EFEITOS DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO SOBRE A TAXA DE
HOMICÍDIO**

THOMAZ CHAGAS PINTO

**EFEITOS DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO SOBRE A TAXA DE
HOMICÍDIO**

Monografia do curso de graduação para
obtenção de título de Bacharel em Ciências
Econômicas da Universidade de Brasília,
Faculdade de Economia, Administração e
Contabilidade.

Professor orientador: José Guilherme de Lara
Resende

BRASÍLIA
2015

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui meus agradecimentos a todos que de alguma forma contribuíram para minha formação como universitário.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de pesquisa analisar o efeito do Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/2003) sobre a taxa de homicídio no Brasil. Para tanto, adotou-se o método de revisar a literatura produzida a respeito do assunto, internacional e nacional, de autores de posições favoráveis ao controle das armas de fogo e os contrários a esse pensamento. O assunto pesquisado encontra-se atualmente na pauta de discussões da sociedade brasileira, visto que tramita no Congresso Nacional nova proposta de lei que revisa radicalmente a solução adotada pelo Estatuto do Desarmamento. Da pesquisa realizada observa-se que após a aprovação do Estatuto do Desarmamento ao se analisar os dados a níveis nacionais é que o houve um impacto, inicialmente reduzindo o total número de homicídios depois desacelerando o crescimento da taxa de homicídios, que passou a crescer a taxas bem menores que as anteriores ao ED. Mas ao se analisar o dado a níveis estaduais pode-se observar que a queda nas taxas de homicídios se concentrou em poucos estados.

Sumario de figuras e Tabelas

Figura 1: Participação de homicídios por arma de fogo sobre o total de homicídios ...	31
Figura 2: Número de homicídios por arma de fogo 1996 - 2003	31
Figura 3: Número de homicídios por armas de fogo 2004-2013.....	32
Figura 4: Homicídios por arma de fogo no Brasil 1996 - 2013.....	32
Figura 5: Taxa de óbitos por arma de fogo. 2012.....	34
Tabela 1: Balanço geral da entrega de armas	15
Tabela 2 Armas e crimes segundo vários autores	23
Tabela 3: Homicídios dolosos no estado de São Paulo, segundo registros do SIM/MS (2001-2007)	26

Sumário

1. Introdução	7
2. Violência e Criminalidade como objeto de estudo da Economia	9
3. Evolução legal.....	11
3.1. Antes do Estatuto do Desarmamento	11
3.2 Lei n 10.826/03 - Estatuto do Desarmamento.....	13
3.3 Revisão do Estatuto do Desarmamento – Projeto de Lei n. 3.722, de 2012	15
4. Revisão de Literatura	17
4.1. Literatura internacional	17
4.2. Literatura nacional	21
5. Análise.....	31
6. Conclusão	35
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37
Anexo:	40

1. Introdução

Esta monografia pretende estudar a questão da disponibilidade de armas de fogo no Brasil e sua relação com a taxa de homicídios, com base, exclusivamente, na revisão da literatura nacional e estrangeira.

A bibliografia estudada abrange posicionamentos diversos, sendo escolhidos os trabalhos que são referência de cada um dos pensamentos ou aqueles que traduzem estudos significativos e conclusivos.

Especificamente, procura-se verificar e discutir a efetividade do Estatuto do Desarmamento no Brasil – ED e seu impacto (se existente) nas taxas de homicídio após a sua implementação.

Do ponto de vista teórico não existe uma posição final que equacione o relacionamento entre a posse de armas e a taxa homicídios (e sua variação), de forma conclusiva. Os modelos propostos de análise e verificação dessa relação, pela complexidade das causas da criminalidade, pelas falhas dos dados, pelo nível de agregação, pelas variáveis envolvidas etc não se mostram muitas vezes conclusivos e eficazes.

No extremo, existem duas teorias, uma que defende que a disponibilidade de armas de fogo aumenta as taxas de criminalidade ou as torna potencialmente letais e outra teoria, defendida por Lott e Mustard (1997) e Bronars e Lott (1998), afirma que a disponibilidade de armas de fogo pode interromper ou prevenir o cometimento de um crime, já que a posse da arma de fogo faria com que uma vítima armada pudesse se defender de um criminoso desarmado. Essa teoria defende que a disponibilidade de armas de fogo não representa um aumento no incentivo e oportunidade de criminosos, já que estes obteriam armas de qualquer maneira.

Constata-se que as teorias são diametralmente opostas e, na verdade, o que as torna interessantes, é que se trata de pensamentos vivos, contemporâneos, por vezes radicalizados, em disputa política na sociedade brasileira, por meio de partidos, ong's, instituições etc.

O surgimento do Estatuto do Desarmamento, em 2003, representa a adoção (opção) legal pela introdução de uma política pública restritiva da posse de armas por parte da sociedade.

A atualidade e a utilidade dessa discussão medem-se, ainda, por reconhecer que a política de desarmamento em vigor encontra-se em questionamento no âmbito do Congresso Nacional. O projeto de lei n.º 3.772, de 2012 que tramita na Câmara dos Deputados visa a reformar a lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, conhecida como estatuto do desarmamento, partindo da premissa que a lei não se mostrou eficaz na redução da criminalidade no País.

Analisar, com base na literatura nacional e estrangeira, as conclusões a respeito da efetividade do Estatuto do Desarmamento representa o objeto deste trabalho.

2. Violência e Criminalidade como objeto de estudo da Economia

É importante esclarecer que o tema tratado nesta monografia, ligado à violência e à criminalidade, que pareceriam estranhos a estudos da Ciência Econômica, hoje fazem parte de seu universo.

Santos e Kassouf (2008) assim explicam:

A Ciência Econômica não se restringe apenas ao estudo de questões de ordem macroeconômica, como juros, câmbio e inflação, mas é, por natureza, a ciência que se preocupa com a alocação ótima dos recursos que, normalmente, são limitados, de fins alternativos e competitivos. Entretanto, por décadas, no Brasil, a principal preocupação dos economistas foi o controle da inflação, enquanto outras questões sobre desenvolvimento do país foram negligenciadas (a inflação foi controlada, mas as condições de vida da população brasileira, em geral, ainda podem ser consideradas precárias). Mas a abrangência da Ciência Econômica se firmou significativamente nas últimas décadas. Temas como trabalho infantil, educação, desigualdade de renda, pobreza, saúde, previdência social e criminalidade estão cada vez mais presentes em revistas econômicas, em congressos científicos e no discurso dos economistas. Essa Economia, com interesses mais abrangentes – conhecida como Economia Social, tem crescido rapidamente em todo o mundo. (SANTOS E KASSOUF, 2008, pág. 345)

Continuam os autores, no que diz respeito aos efeitos econômicos da criminalidade:

Os custos do crime para a sociedade são significativamente altos. Estimativas conservadoras indicam que eles chegaram a 5% do PIB do Estado do Rio de Janeiro em 1995 (BID), 2,3% do PIB do Estado de São Paulo em 1997 (Kahn 2000) e 4,1% do PIB do município de Belo Horizonte em 1999 (Rondon e Andrade 2003). Prejuízos materiais, gastos públicos e privados na sua prevenção e combate são apenas alguns dos elementos que compõem os custos do crime para a sociedade. Há outros (não menos importantes), como a redução do estoque de capital humano, a redução na qualidade de vida, a redução na atividade turística e a perda de atratividade de novos investimentos produtivos e/ou a expulsão dos existentes. No tocante ao efeito negativo sobre o estoque de capital humano, Carvalho et al (2007) estimam que só em 2001 o prejuízo derivado das mortes por homicídios custaram ao país mais de nove bilhões de reais (SANTOS E KASSOUF, 2008, pág. 344)

Cerqueira et al (2007), também apresentam estimativas para os custos da violência no Brasil

Estimamos que em 2004, o custo da violência no Brasil foi de R\$ 92,2 bilhões, o que representou 5,09% do PIB, ou um valor per capita de R\$ 519,40. Este valor deve ser encarado como um limite inferior para o custo social da violência no Brasil uma vez que vários outros fatores de custo da violência não foram calculados, como: os custos com o sistema de justiça; as perdas com o desvio de turismo; as perdas de bem-estar provocadas por retração nos mercados de bens e serviços; os custos intangíveis motivados por dor, sofrimento e medo, a perda de produtividade motivada por traumas e morbidade, etc.(CERQUEIRA *et al*, 2007)

No que diz respeito especificamente aos custos relativos a homicídios, afirmam:

A partir da metodologia empregada, obteve-se uma estimativa para o custo total de perda de produção no Brasil em torno de R\$ 20,1 bilhões, para o ano de 2001. Os homicídios são responsáveis por R\$ 9,1 bilhões desse custo total. Acidentes de transporte vêm em segundo lugar, com estimativa de custo total em torno de R\$ 5,4 bilhões. Suicídios apresentam perda total de R\$ 1,3 bilhão. Em termos de valores médios de perda de produção, os homicídios apresentam as maiores médias: R\$ 189,5 mil para o ano de 2001, contra R\$ 172 mil, para os acidentes de transporte, e R\$ 163 mil por vítima, ao ano, para suicídios. (YWATA *et al*)

Os estudos a respeito da validação da eficiência e eficácia de políticas públicas para o combate à violência, tais como o proposto neste trabalho, justificam-se como instrumentos de melhoria de alocação de recursos públicos e otimização dos resultados, sendo mais uma das ferramentas a fundamentar e validar as ações e políticas públicas propostas para enfrentar a criminalidade.

3. Evolução legal

3.1. Antes do Estatuto do Desarmamento

A posse, comercialização e o porte de armas sempre foi objeto de elaboradas normas jurídicas ao longo da História do Brasil, ou seja, sempre existiram mecanismos de controle por parte do Estado, por ser a posse e o porte de armas vetores de violência ou criminalidade contra as pessoas, contra as autoridades e contra o próprio Estado.

Já no Brasil Colônia, as Ordenações Filipinas (1603), continham extensa e complexa normatização a respeito da posse e do porte de armas de fogo e brancas (predominantes naquele período), os punhais, adagas e espadas eram tolerados durante o dia, mas proibidos à noite. Da mesma forma não se permitiam que as espadas estivessem desembainhadas, quer de dia ou noite.

As armas de fogo não poderiam estar carregadas à noite e a utilização daquelas de cano curto, que poderiam ser facilmente escondidas eram vedadas ou sofriam penas mais graves em casos de crimes.

Quanto à possibilidade de uso de armas havia diversas restrições e normas quanto às pessoas, considerando a classe social etc. Por exemplo, ciganos e escravos eram proibidos de possuí-las ou portarem-nas.

Da mesma forma, os tipos de armamentos eram permitidos em razão da classe social. Os nobres e pessoas de maior estatuto social gozavam de uma série de regalias, inclusive nas penas a que se submetiam por usar ou portar arma proibida.

O marco legal no Brasil contemporâneo na questão do controle das armas é a vigência da Lei das Contravenções Penais – Decreto-lei 3.688 de 3 de outubro de 1941. A partir desse momento o simples porte de arma de fogo fora da residência, sem a autorização do Poder Público, constituía contravenção penal com a pena de prisão e/ou multa. Registra-se uma inflexão nas normas jurídicas que puniam, quase sempre, o uso da arma de fogo ilícita e não o seu porte.

De qualquer forma, não se pode esquecer que as contravenções penais são tidas, no sistema penal brasileiro, como uma espécie de delito penal mais leve que os crimes. A partir dessa data e durante muito tempo considerava-se que o porte de arma, sem autorização, não era um grande risco à sociedade, merecendo apenas ser tipificado como contravenção.

Com a redemocratização do Brasil, a Constituição Federal de 1988 reafirma a competência exclusiva da União para legislar sobre material bélico, incluído aí as armas de fogo de uso pessoal civil. Isso é importante considerando que diversos entes estaduais e municipais, por meio de seus poderes legislativos, tentavam estabelecer regras e permissões para posse e uso de armas de fogo por parte de seus servidores, agentes políticos etc.

Em 1997, numa primeira guinada forte da legislação, o Congresso Nacional promulga a Lei n. 9.437/97, que unifica as normas penais relativa as condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes e dá outras providências, conforme consta de sua emenda.

A Lei nº 9.437/97 institui o SINARM – Sistema Nacional de Armas, um órgão estabelecido no âmbito da Polícia Federal, que tem como tarefa a centralização de todas as informações sobre a matéria, mediante a organização de um cadastro único sobre as armas de fogo existentes no país.

A Lei estabeleceu a idade mínima de 21 anos para a aquisição de arma de fogo. Em relação ao porte de arma de fogo, de acordo com o artigo 7º § 1º ficou determinado que: "O Porte estadual de arma de fogo registrada restringir-se-á aos limites da unidade da federação na qual esteja domiciliado o requerente, exceto se houver convênio entre Estados limítrofes para recíproca validade nos respectivos territórios." (BRASIL, Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, 1997). O porte de armas com validade em todo o território nacional só seria expedido em condições especiais, estabelecidas em regulamento.

Esse estatuto jurídico, anterior ao Estatuto do Desarmamento, já estabelece que uma série de condutas relativas a esse tema serão consideradas, a partir daquele momento, crimes e não mais tão somente contravenções penais.

A lei endureceu e considerou crimes:

Art. 10. Possuir, deter, portar, fabricar, adquirir, vender, alugar, expor à venda ou fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda e ocultar arma de fogo, de uso permitido, sem a autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Pena - detenção de um a dois anos e multa.

Entretanto, apesar de ter aumentado o controle sobre as armas de fogo, inúmeras brechas ou possibilidades de aquisição e de porte de armas ainda persistiram na legislação, razão pela qual, em menos de 5 anos seria votada uma nova legislação, mais radical ainda, denominada Estatuto do Desarmamento.

3.2 Lei nº 10.826/03 - Estatuto do Desarmamento (ED)

Impulsionado por dois tratados internacionais: Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos, concluída em Washington, em 14 de novembro de 1997 e do Protocolo contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, suas Peças, Componentes e Munições, complementando a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, adotado em Nova York, em 31 de maio de 2001, surge o Estatuto do Desarmamento, lei restritiva de controle de armas e que entende que “mais armas significa mais crimes” e, portanto, o caminho natural para a redução da criminalidade é o desarmamento da sociedade.

Opta o governo brasileiro por considerar que deve haver um controle rígido na posse, comercialização (previa-se na lei o fim do comércio de armas de fogo, se aprovado em referendo) e no porte de armas de fogo como forma de diminuir a criminalidade.

Como o nome aponta, pretende a nova lei não somente restringir o comércio, a posse não autorizada, o porte de arma etc como reduzir o número de armas na sociedade, prevendo até o fim do comércio de armas de fogo, que foi rejeitado em referendo realizado em 2005. O referendo buscou aprovar ou rejeitar o artigo 35 do ED, que dizia:

Art. 35. É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei.

O referendo resultou na rejeição do art.35, com 63.94% dos votos para o não e 34,04% dos votos para o sim. O referendo foi alvo de críticas pois muitos consideraram a campanha e a pergunta confusas, já que o voto “não” era a favor da comercialização de armas e o voto “sim” era contra .

A Lei nº 10.826/03, conhecida como Estatuto do Desarmamento ampliou as atribuições do Sinarm – Sistema Nacional de Armas, centralizando a expedição de autorizações de porte de armas de fogo, que passaram a ser feitas exclusivamente pela polícia federal. Com isso foi extinto o porte de armas estadual.

O Estatuto do Desarmamento ampliou a idade mínima para a compra e para o porte de armas de fogo de 21 anos para 25 anos, conforme o Art. 28. O Estatuto também aumentou os valores das taxas correspondentes à expedição de autorizações para a posse e porte de arma de fogo; tipificou penalmente condutas relacionadas com armas de fogo e agravou as penas correspondentes às já previstas na legislação em vigor. Além de prever a aplicação de pesadas multas a empresas que promoverem indevidamente o transporte e a publicidade de armas de fogo e propor a proibição da comercialização de armas de fogo, condicionada à aprovação desta medida em referendo popular, realizado em 2005 e não aprovado pela população.

Uma das principais inovações da Lei foi o aumento dos requisitos para se comprar armas de fogo ou obter o porte de armas de fogo. Além da idade mínima; comprovação de idoneidade; documento comprobatório de ocupação lícita e residência certa e comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica passou a ser necessária uma “declaração escrita da efetiva necessidade, com comprovação do exercício da atividade profissional de risco ou ameaça à integridade física do requerente expondo os fatos e circunstâncias que justifiquem o pedido”.

O Estatuto do Desarmamento determina que o porte de arma de fogo é proibido em todo o território nacional, salvo em casos excepcionais previstos em legislação própria e nos casos enumerados no Art. 6º da Lei.

Sobre o porte de armas a Lei diz que:

Art. 14 – Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

O estatuto do desarmamento foi responsável pela entrega de mais de 600 mil armas desde sua aprovação.

Tabela 1: Balanço geral da entrega de armas

Período	Armas entregues (N)	Armas entregues (%)
2004 a 2010	550.000	84,0%
2011 (antes do Sistema Desarma)	2.860	0,4%
2011 (06/05/2011 a 31/12/2011)	34.749	5,3%
2012	27.316	4,2%
2013	31.265	4,8%
2014 (até 30/06)	8.493	1,3%
Total	654.682	100,0%

Fonte: Ministério da Justiça, 2014. Nota: adaptado por Souza, R. em Política de desarmamento nacional –documento técnico- , pág. 19

3.3 Revisão do Estatuto do Desarmamento – Projeto de Lei n. 3.722, de 2012

A partir de 2003, com a entrada em vigor do ED, o Brasil adota uma política ativa de desarmamento, inclusive com incentivo à entrega das armas de fogo em estoque na sociedade, remunerando (indenizando) para tanto os proprietários com valores de R\$100,00 a R\$ 300,00 em 2003 (valores atualizados para R\$ 150,00 a R\$450,00 atualmente) dependendo do tipo de arma.

Sua aplicação, entretanto, vem sendo objeto de fortes críticas por grupos organizados da sociedade, com base no argumento de que se mostrou ineficaz.

Atualmente, encontra-se em discussão no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados) o Projeto de Lei nº 3.722, de 2012, que pretende revogar integralmente o ED e regular o assunto como um todo. O projeto apresenta forte crítica ao Estatuto do Desarmamento e à sua eficácia.

O projeto apresenta como justificativa para o fim do Estatuto do Desarmamento (ED) a não redução no número de homicídios, que após alguns anos voltaram a crescer. O plebiscito realizado em 2005 sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição no Brasil expressou a vontade popular de se manter a comercialização, e o possível acesso a armas.

Uma das críticas ao ED é que após a promulgação do Estatuto, o comércio de armas de fogo e munição caiu noventa por cento no país, dadas às dificuldades burocráticas que foram impostas para a aquisição desses produtos. Dos 2.400 estabelecimentos especializados registrados pela polícia federal no ano 2000, sobravam apenas 280 em 2008.

O projeto altera os requisitos para se comprar uma arma de fogo, não seria mais necessária a apresentação de uma “declaração escrita da efetiva necessidade, expondo os fatos e circunstâncias que justifiquem o pedido”. (Exigida pelo ED, lei nº. 10.826 art. 4º) A idade mínima de 25 anos permanece em vigor.

O projeto de lei retoma o extinto porte de armas estadual, válido somente no estado emissor do porte, além do porte federal. O porte de armas de fogo passaria a ser emitido não só pela polícia federal, mas também pela polícia civil dos Estados e Distrito Federal.

O projeto faz com que a obtenção de licença para porte de arma de fogo passe a obedecer a critérios objetivos, não sendo mais necessário apresentar uma justificativa sobre a necessidade de se possuir uma arma de fogo.

Em suma, o conteúdo da proposta de nova lei atenta de forma frontal ao entendimento do Estatuto do Desarmamento.

4. Revisão de Literatura

4.1. Literatura internacional

A literatura sobre o efeito causal entre armas de fogo e crimes se divide em dois grupos, aqueles que defendem que a disponibilidade de armas de fogo aumenta os níveis de crime, ou os torna potencialmente mais letais, e aqueles que acreditam que a disponibilidade de armas de fogo pode interromper ou prevenir a ocorrência de crimes.

Os resultados dos diversos estudos, tanto a favor ou contra a existência de causalidade, são considerados controversos devido ao limite dos dados disponíveis e complexidade de variáveis ligando armas e crime que impõem uma dificuldade metodológica.

Lester (1991) com base em informações de 16 nações europeias, constatou que existe uma alta correlação entre homicídios por arma de fogo e duas medidas de *proxy* de difusão de armas de fogo nos países, sendo elas a proporção de suicídios por arma de fogo e a taxa de acidentes fatais envolvendo o uso de armas de fogo.

Bangalore e Messerli (2013) buscaram verificar se a presença de armas de fogo faz uma nação mais segura. Verificando a relação entre as taxas de presença de armas de fogo na população, taxas de doenças mentais e mortes por armas de fogo em diversos países. Os autores utilizaram dados de 27 países desenvolvidos, dados sobre o número de armas foram obtidos *do Small Arms Survey 2007*, os dados sobre o número de mortes por arma de fogo foram obtidos através da Organização Mundial da Saúde. Dados sobre a taxa de crimes, usados para medir a segurança de uma nação, foram obtidos da *United Nations Surveys of Crime Trends*.

Os autores rodaram uma regressão linear para verificar a relação entre mortes por armas de fogo e as variáveis: presença de armas e doenças mentais. Não foi encontrada uma correlação significativa entre armas de fogo per capita e taxa de crimes, pois a maior presença de armas pode ser uma reação a altas taxas de criminalidade.

Embora não consigam determinar uma relação de causa ou efeito, os autores encontraram que o número de armas per capita por país é um forte predictor do número de mortes por armas de fogo. Os autores refutam a hipótese de que países com uma maior taxa de armas *per capita* sejam mais seguros que países onde há um menor acesso a armas de fogo.

Em 1996 o governo australiano decidiu adotar uma legislação mais dura sobre o controle de armas conhecida como *National Firearms Agreement* (NFA). Essa nova legislação tornou ilegal a posse de certas armas longas. Foi criado um programa de compra governamental, onde o governo comprou as armas recém-consideradas ilegais a preço de mercado. O impacto dessa nova legislação foi analisado por Leigh e Neill (2010), que testaram se a diminuição no número de armas disponíveis afetou o número de homicídios e suicídios.

Na década após a aprovação da NFA houve uma redução substancial no número de mortes por armas de fogo. Leigh e Neill (2010) identificaram uma queda de 65% no número de suicídios com arma de fogo comparando o ano de 1995 com o ano de 2006. O número de homicídios também teve uma queda de 59% comparando os dados dos mesmos anos. No mesmo período suicídios sem armas de fogo caíram 27% e homicídios sem armas de fogo caíram 59%. Os autores identificaram através de um estudo de dados de painel, uma maior queda no número de mortes em locais onde ocorreram maiores compras de armas pelo governo. O resultado da regressão se mostrou robusto sugerindo uma relação causal entre o nível de compras de armas pelo governo e as taxas de mortes por armas de fogo.

Já o estudo de Lee e Swardi (2008) analisando o mesmo programa (NFA) através de uma série de tempo, utilizando dados do número de mortes no período de 1915 a 2004. Foi observado que existia uma tendência à redução em homicídios e suicídios a partir de 1985. O modelo não encontrou evidências que a nova legislação tenha tido efeito significativo no número de homicídios e suicídios. Também não foi encontrado um efeito de substituição, onde a redução ao acesso a armas poderia ter levado a um aumento no número de homicídios e suicídios através de outros métodos.

Baker e McPhedran (2007) também avaliaram os benefícios da compra de armas pelo governo australiano e do aumento de restrições à posse de armas. Foram usados dados acessíveis ao público no período de 1979 a 2004. Embora a ênfase do estudo fossem homicídios, suicídios e mortes acidentais por armas de fogo também foram incluídos homicídios e suicídios de outras maneiras para verificar se não ocorreu um efeito de substituição. Os dados foram analisados como séries de tempo de 1979-96 e 97-2004. Os resultados obtidos sugerem que o NFA só influenciou a redução no número de suicídios com arma de fogo. Já em relação aos homicídios a nova legislação não teve influencia na redução da taxa de homicídio tanto com e sem armas de fogo.

Langmann (2013) analisou o efeito de diversas mudanças na legislação canadense a respeito do controle e registro de armas de fogo sobre as taxas de homicídio. O autor utilizou dados de 1974 a 2008, para população, taxa de crimes, informações econômicas, número de policiais e homicídios. Os dados foram obtidos pela *Statistic Canada Juristat Database*. Foram utilizados três métodos estatísticos, uma regressão de serie de tempo, ARIMA e *joinpoint analysis* para verificar se as novas leis causaram algum efeito. Os três diferentes métodos não encontraram uma associação definitiva entre as novas leis sobre armas de fogo e taxas de homicídio. Uma das relações descobertas foi uma associação ente o aumento da idade mediana e a redução de homicídios e suicídios por arma de fogo, o que segundo o autor é condizente com a literatura.

Mais armas menos crimes

Bronars e Lott (1998) examinaram o efeito de leis *Shall-Issue*, que são leis que aumentam, ou dão o direito ao porte de armas nos EUA, sobre o nível de crimes em áreas vizinhas aos condados ou estados onde a lei foi aprovada. A shall-issue law garante a cidadãos o direito de portar armas em publico, desde que cumpram um critério objetivo, ou seja não há uma discricionariedade por parte das autoridades em quem pode ou não portar armas desde que sejam cumpridos requisitos mínimos e objetivos como idade mínima, ausência de certos antecedentes criminais etc.. Os autores analisaram dados anuais de 1977 até 1992 a níveis locais. Os resultados da aprovação de leis *Shall-Issue*

foram, segundo os autores uma transferência de crimes de condados com a lei para locais sem a lei, já que criminosos buscariam atuar em locais com menor probabilidade de encontrar vítimas armadas. Os autores detectaram uma redução não só em homicídios, mas também em crimes econômico como roubos.

O Artigo de Lott e Mustard (1997) é considerado um dos mais relevantes e controversos sobre a relação entre o porte de armas e homicídios. Os autores buscaram verificar o efeito de leis *Shall Issue* e leis que permitem o porte de armas ocultas, também buscaram analisar se há uma causalidade entre o número de armas de fogo presentes e os índices de crime. Utilizando dados longitudinais de crimes a níveis de condados para todos os EUA, durante o período de 1977 a 1992. Neste trabalho a variável de interesse (a *dummy* para as localidades onde leis de *shall issue* foram sancionadas) foi regredida num primeiro estágio contra: a porcentagem da população do estado que votou no Partido Republicano; a porcentagem da população negra e a da população branca; e a porcentagem da população que é membro da *National Rifle Association (NRA)*, que é o maior grupo pró-armas dos EUA, com mais de 5 milhões de membros. Segundo os autores, a implementação do sistema de *shall issue* fez com que houvesse uma redução no número de crimes violentos, sem que ocorresse um aumento no número de mortes acidentais por armas de fogo.

Guha (2013) buscou estudar os efeitos de mudanças em políticas públicas de segurança sobre os meios de segurança usados por indivíduos. Guha analisou o *tradeoff* entre diferentes meios de segurança individual como a posse e porte de armas, carregar menos dinheiro ou manter bens de menor valor em casa, uso de alarmes e sistemas de segurança e estuda as mudanças do *tradeoff* com a efetivação de novas políticas públicas. O autor construiu um modelo teórico focado nos incentivos de potenciais vítimas, estudando a relação entre segurança provida pelo governo e incentivos para se tomar precauções. Se o custo com medidas de segurança privada forem fortemente substituíveis por policiamento, um aumento no policiamento reduz esses custos. Em contraste, se as medidas de segurança privada forem complementares ao policiamento,

um aumento no policiamento aumenta esses custos. Guha (2013) chega à conclusão de, tomando o aumento no policiamento como exógeno, o efeito sobre os incentivos sobre os indivíduos são: uso de medidas defensivas como posse de armas são mais usadas em locais que não possuem um policiamento adequado, uso de meios de segurança como alarmes, que são mais eficientes em locais com rápida resposta policial.

4.2. Literatura nacional

4.2.1. Literatura favorável ao desarmamento

Menos armas menos crime? O caso brasileiro

Cerqueira e Mello (2012) formularam um modelo teórico de demanda por armas de fogo e estimaram o efeito das armas de fogo sobre crimes violentos e contra a propriedade nos municípios paulistas.

Usando dados de todos os 645 municípios paulistas, no intervalo de 2001 a 2007, mostram que ocorreu uma redução de 60,1% no número de homicídios. A busca por um efeito causal surge, segundo os autores:

[...] com da implementação de uma lei nacional, o Estatuto do Desarmamento (ED), que: *i)* restringiu substancialmente à possibilidade de o cidadão ter acesso a arma de fogo; *ii)* aumentou o custo de aquisição e registro de arma de fogo; e *iii)* aumentou substancialmente o custo esperado pelo indivíduo para a circulação em vias públicas portando arma de fogo em situação irregular.(CERQUEIRA E MELLO, 2012)

Os autores, devido à ausência de dados sobre a difusão de armas de fogo utilizaram como *proxy* a proporção de suicídios com arma de fogo em relação ao número total de suicídios. Foi usada também uma *dummy* para indicar o período de vigência do estatuto do desarmamento. Os dados mostraram uma forte correlação entre a difusão de armas de fogo e homicídios entre os anos de 2001 e 2007.

Cerqueira e Mello (2012) buscaram testar duas hipóteses:

- i)* “Se a disponibilidade de armas de fogo faz aumentar os crimes violentos”

- ii) “Se a disponibilidade de armas de fogo faz diminuir os crimes contra a propriedade”.

O resultado encontrado foi uma diminuição no número de armas de fogo no Estado de São Paulo e que o desarmamento foi importante para a diminuição de crimes letais, mas não teve impacto significativo no número de crimes contra o patrimônio.

Cerqueira e Mello (2012) apresentam em seu trabalho um resumo da literatura existente (Tabela 1).

Tabela 2 (Cerqueira e Mello, Quadro 1, pág. 22)

Tabela 2 Armas e crimes segundo vários autores

Artigo	Localidade	Período	Método	Resultados em Relação às Armas
Lester (1991)	16 nações europeias	1989	Correlação	Alta correlação com homicídios por arma de fogo
Killias (1993)	14 países desenvolvidos	1989	Correlação	Alta correlação com homicídios e suicídios com e sem o uso da arma
Sloan <i>et al</i> (1988)	Seattle e Vancouver	1980 a 1986	Comparação de diferença de médias	Correlação com lesões dolosas por PAF e com homicídios por PAF
Kellermann <i>et ali</i> (1993)	EUA (Tennessee, Washington e Ohio)	1987 a 1992	Regressão logística	A posse da arma é um fator de risco para algum familiar sofrer um homicídio
Kleck (1979)	EUA (dados agregados)	1947 a 1973	2SLS	Elasticidade relação ao homicídio = 0,4
Cummings <i>et al</i> (1997)	EUA (dados por setor censitário)	1940 a 1993	Regressão logística	A arma em casa dobra a probabilidade de alguém sofrer suicídio ou homicídio no domicílio
McDowall (1991)	EUA (Detroit)	1951 a 1986	GLS com variáveis instrumentais	Elasticidade em relação aos homicídios = 1,3
Stolzenberg e D'Alessio (2000)	EUA (Carolina do Sul)	1991 a 1994	OLS com efeito fixo	Crimes violentos, crimes praticados com armas e crimes com armas perpetrados por jovens respondem à disponibilidade de armas ilegais, mais não de armas legais.
Cook e Ludwig (2002)	EUA (dados por cidades)	1987 a 1998	IV2SLS	Elasticidade da arma em relação às invasões a domicílios entre 0,3 e 0,7.
Moody e Marvell (2002)	EUA (dados por estado)	1977 a 1998	Pooled OLS	Não há relação de causalidade entre armas e crimes
McDowall, Loftin e Wiersema (1995)	EUA (grandes cidades da Flórida, Mississippi e Oregon)	1973 a 1982	Modelos de intervenção baseado em ARIMA	A Shall –Issue lawl não teve efeito sobre os homicídios, mas fez crescer os homicídios por PAF
Lott Jr. e Mustard (1997)	EUA (dados por cidades e estados)	1977 a 1992	Pooled OLS e IV2SLS	A Shall-Issue lawl fez diminuir os crimes violentos
Duggan (2001)	EUA (dados por cidades e estados)	1980 a 1998	Regressão em diferenças	Elasticidade em relação aos homicídios = 0,2 e não houve efeito da SI sobre crimes
Barteley e Cohen (1998)	EUA (dados por cidades)	1977 a 1992	Regressão (<i>extreme bound analysis</i>)	A SI levou a uma diminuição dos crimes violentos
Ludwig (1998)	EUA (dados por estados)	1977 a 1994	Diferenças em diferenças em diferenças	O efeito da SI ou foi nulo ou foi no sentido de aumentar o homicídio de adultos
Bronars e Lott Jr. (1998)	EUA (dados por cidades)	1977 a 1992	pooled OLS e IV2SLS	A SI fez diminuir os crimes violentos
Dezhbakhsh e Rubin (1998, 1999)	EUA (dados por cidades e estados)	1977 a 1992	2SLS	Pequena queda no número de homicídios, aumento dos roubos, e ambiguidade nos demais crimes

Elaboração dos autores.

Nota: SI = shall issue. Mudança de Lei que flexibilizou o porte de armas nos EUA.

Obs.: 2SLS significa método dos mínimos quadrados em dois estágios; GLS, mínimos quadrados generalizados; OLS, mínimos quadrados ordinários; IV-2SLS, método de variáveis instrumentais por mínimos quadrados em dois estágios; Arima, modelo autorregressivo integrado de média móvel. SI se refere a shall issue, mudança de lei que flexibilizou o porte de armas nos EUA.

A base de dados utilizada por Cerqueira e Mello (2012) é composta por 645 municípios paulistas, referente a crimes reportados: latrocínio, homicídios dolorosos, crimes associados a drogas ilícitas e roubo de veículos. A fonte dos dados é a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Os dados sobre homicídios, suicídios e suicídios por arma de fogo foram obtidos a partir do SIM, Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde. No período analisado todas as taxas, de homicídio, suicídio e suicídio por arma de fogo se mostraram decrescentes.

A equação principal do modelo de Cerqueira e Mello (2012) consiste de:

$$\ln TC_{it} = \beta_0 + \psi \ln TA_{it} + \beta_1 \ln TP_{it} + c_i + \lambda_t + \sum_{p=1}^{n-1} \gamma(\lambda^p * \lambda_t) + \varepsilon_{it}$$

Onde:

TC_{it} : taxa de crime;

TA_{it} : Taxa de armas

TP_{it} : taxa de prisões.

c_i : variável não observável de cada município,

λ_t : controle do tempo,

λ^p : variável auxiliar que capta o tamanho da cidade $p = 1, \dots, 5$,

($\text{pop} < 50.000$; $50.001 < \text{pop} < 100000$; $100001 < \text{pop} < 200000$; $200001 < \text{pop} < 300.000$; $\text{pop} > 300001$)

ε_{it} = erro aleatório com $E[\varepsilon_{it}] = 0$

$\text{correl}(\varepsilon_{it}; arma_{it}) \neq 0$ e $\text{correl}(c_{it}; arma_{it}) \neq 0$ são hipóteses para que a regressão seja válida

Para verificar o efeito do Estatuto do Desarmamento (ED) os autores partem de três hipóteses:

- i) A prevalência de armas de fogo diminuiu após a aprovação do estatuto do desarmamento

- ii) O efeito do ED foi mais forte nas cidades onde a prevalência de armas de fogo era maior antes da sanção da lei.
- iii) A prevalência de armas de fogo varia conforme o tamanho das cidades.

Os autores mantiveram as variáveis ED e armas2003 constantes, mas o tamanho das cidades teve variação através do tempo, cerca de 5% das cidades mudaram de faixa. A equação do primeiro estágio apresentada foi:

$$\ln TA_{it} = \delta_0 + \delta_1(\lambda^{ED} * TA_{i2003}) + \sum_{p=1}^{n-1} \beta_i(\lambda^{ED} * TA_{i2003} * \lambda^p) + \sum_{p=1}^{n-1} \tau_i \lambda^p + X\Delta + \sum_{m=1}^M X_m \lambda^m + \sum_{ano=2001}^{2006} \gamma_\alpha \cdot \lambda^\alpha + \sum_{p=1}^{n-1} \sum_{ano=2001}^{2006} \gamma_{ap} \lambda^\alpha \lambda^p + \vartheta_{it}$$

Onde: A taxa de armas (TA) se refere à proporção de suicídio por arma de fogo, em relação ao total de suicídios.

TA_{it} : Taxa de armas

λ^{ED} : *Dummy* Estatuto do Desarmamento;

λ^p : *Dummies* que captam o tamanho da cidade. $p = 1, \dots, 5$;

X : vetor de variáveis exógenas incluídas na equação (1)

Δ : vetor de coeficientes

λ^m : *Dummies* município que captam o efeito fixo de cidade;

λ^α : *Dummies* de ano que captam o efeito fixo temporal;

ϑ_{it} : erro aleatório

O resultado obtido é demonstrado na Tabela 3 onde se pode observar que o desarmamento teve um impacto, reduzindo o número de homicídios.

Embora o Estatuto do Desarmamento tenha se mostrado eficaz na redução de homicídios, Cerqueira e Mello (2012) concluíram que essa lei não teve impacto em crimes de natureza econômica, que não aumentaram com a redução de armas de fogo em posse das possíveis vítimas, mostrando que os criminosos eram indiferentes à possibilidade de a vítima estar armada.

Uma das teorias correntes entende que a possibilidade das vítimas possuírem armas seria um fator de desencorajamento para os criminosos, visto que o aumento do risco seria um fator a ser considerado.

(Tabela 3 Cerqueira e Mello, táb. 4, pág. 44)

Tabela 3: Homicídios dolosos no estado de São Paulo, segundo registros do SIM/MS (2001-2007)

Variável Dependente: <i>ln</i> (taxa de homicídio por 100 mil habitantes)								
	OLS							
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
<i>ln</i> (armas)	-0,100 (0,062)	0,111 ³ (0,023)	-0,013 (0,013)	-0,019 (0,013)	8,741 ³ (2,218)	0,699 ³ (0,261)	0,644 ³ (0,242)	3,399 ³ (1,282)
<i>ln</i> (taxa de prisões _{t-1})				-0,042 (0,055)			-0,011 (0,107)	0,182 (0,369)
<i>ln</i> (taxa de roubo de veículos)				0,085 (0,053)			0,071 (0,054)	-0,271 (0,470)
Efeito fixo de cidade	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Efeito fixo de tempo	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Tendência por tamanho de cidade ⁸	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Prob > F	0,1108	0,000	0,000	0,000	0,0004	0,000	0,000	0,000
Hansen J statistic – p-valor	-	-	-	-	0,378	0,0954	0,102	0,801
Número de observações	719	719	719	719	719	719	719	719
Número de grupos	90	90	90	90	90	90	90	90

Fonte: Brasil/MS/SIM; São Paulo/Secretaria Estadual de Segurança Pública.

Notas: ¹. $p < 0,1$.

². $p < 0,05$.

³. $p < 0,01$.

Obs.: 1. A medida de *armas* utilizada foi a proporção de suicídios por PAF em relação ao total dos suicídios.

2. As taxas de prisões e de roubo de veículos estão expressas por 100 mil habitantes.
3. Erro-padrão *cluster*-robusto entre parênteses.
4. Efeito fixo de tempo se refere a *dummies* anuais.
5. §: inclui uma tendência temporal linear para cada grupo de cidades: entre 50 e 100 mil habitantes; entre 100 e 200 mil habitantes; entre 200 e 300 mil habitantes; e mais de 300 mil habitantes.
6. Os instrumentos incluídos foram: $ED * \ln(armas_{2003})$; tamanho de cidade(p)* $ED * \ln(armas_{2003})$; e tamanho de cidade (p).

Os dados utilizados foram obtidos a partir da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo que possui dados anuais em nível de municípios sobre: o total de crimes contra a propriedade; roubo de veículos, furtos, tentativas de homicídio e apreensão de armas. Dados sobre mortes violentas foram obtidos do DATASUS, uma base de dados hospitalares do Ministério da Saúde que segue a taxonomia da Organização Mundial da Saúde. O DATASUS fornece os dados sobre homicídio, homicídio por arma de fogo, suicídio e suicídio por arma de fogo além de dados sobre a população e a distribuição da idade. Os autores focam o período de 2001 a 2007. Os autores buscam também se concentrar em cidades com mais de 50 mil habitantes. Os dados sobre custo da compra e manutenção de armas foram obtidos da Pesquisa de Orçamento Familiar feita pelo IBGE.

A aprovação do estatuto do desarmamento alterou a forma como se obtém armas de fogo, houve um aumento na burocracia, além de um aumento nos requisitos para obter a posse de arma. Segundo Cerqueira e Mello (2013) em teoria o impacto do ED sobre a disponibilidade de armas deve ocorrer de diversas formas. Deveria ocorrer uma queda na demanda, já que os indivíduos iriam demandar menos armas legais devido a um aumento na burocracia, nos custos e nos pré-requisitos além da redução dos benefícios de se possuir uma arma e não ser capaz de portá-la na rua. Outro impacto do ED parte do pressuposto de que a fonte de mercados de armas ilegais são as armas legais, logo uma queda na demanda por armas legais causaria uma queda na oferta de armas ilegais. Além disso, o aumento das penas pelo porte ilegal de armas desencorajaria os indivíduos não criminosos que possuem armas não registradas a andarem armados. Os autores fornecem duas evidências

indiretas de que isto está ocorrendo, primeiro foi observado um grande aumento no preço de armas nos mercados ilegais e segundo, usando dados da pesquisa de orçamento familiar houve uma queda de 40% no número de residências que compraram armas de 2003 a 2009.

Os autores estimaram que a lei do desarmamento foi responsável por evitar aproximadamente 2800 mortes por arma de fogo no estado de São Paulo, no período de 2004 a 2007. Se o efeito fosse extrapolado para todo o país, isto significaria que o estatuto do desarmamento teria salvado quase 14 mil vidas, aproximadamente 7,4% dos homicídios no período.

Outros resultados encontrados foram que o estatuto do desarmamento reduziu o número de armas de fogo disponíveis em mãos da população, mas não foi detectado um impacto no número de crimes contra a propriedade e roubo de carros. Os autores conseguiram identificar uma causalidade entre armas de fogo e homicídios.

4.2.2. Literatura contra o Estatuto do desarmamento

Quintela e Barbosa (2015) em seu livro negam que o desarmamento seja efetivo na redução de homicídios, e questionam as várias justificativas dadas para a implementação do desarmamento da população.

Os autores questionam o excesso de presença do governo, que acha que deve tomar conta dos cidadãos ao custo de liberdades individuais. As leis brasileiras referentes à propriedade de armas estão entre as mais restritivas do mundo, e impõem um alto custo, tanto monetário como burocrático, aos indivíduos. Além da lei do desarmamento possuir aspectos discricionários, como exigir que se declare a efetiva necessidade de se possuir uma arma.

A lei desarmar os cidadãos de bem para evitar que sejam cometidos crimes com armas de fogo. O desarmamento proposto pelo governo não atingiria criminosos, já que estes não teriam interesse em entregar suas armas.

Os autores defendem a tese de que armas nas mãos de pessoas de bem salvam vidas, permitindo se protejam de criminosos. O fato de este posicionamento não ser visto, ou percebido pela população teria como motivo três fenômenos: Número 1 a ideologia da mídia, que segundo Barbosa, tem um posicionamento ideológico contra armas, ignorando ou não dando destaque a eventos onde o uso de armas por cidadãos salva vidas. Também é questionada a questão da noticiabilidade, onde eventos negativos chamam muito mais a atenção do que eventos positivos. Segundo o autor:

“..não se da noticia se o ônibus chega bem a seu destino, mas se da a de que o ônibus sofreu um acidente gravíssimo no qual morreram quase todos os passageiros, não se dão noticias sobre o uso defensivo de armas, mas sim as noticias sobre seu uso criminoso.”.
(QUINTELA E BARBOSA 2015)

Escassez de relatos: Crimes são registrados, existem relatos de vítimas, a polícia gera relatórios e estatísticas que são divulgadas pela mídia. Mas quando o uso de armas previne ou evita o crime normalmente não são registrados ou não ganham tanto destaque. Os casos de uso defensivo de armas existem, são numerosos, envolvem a preservação da vida, mas muitas vezes ficam apenas na memória de seus protagonistas (BARBOSA e QUINTELA)

Devido a estas razões, fica claro para os autores a razão da existência da crença de que armas matam, devido ao foco apenas nas armas e não nas pessoas que as usam e ao fato de a mídia cobrir apenas eventos onde armas são usadas por criminosos ou para cometer crimes.

Países mais desarmados são mais seguros? Os autores buscam responder essa pergunta apresentando dados: como o fato de a Inglaterra, que tem um grande controle de armas, em 2013 tinha um índice de crimes violentos per capita 80% maior que os EUA. Países como a República tcheca, que possui leis bem liberais no que diz respeito à compra e ao porte de armas tem visto seus índices de criminalidade em queda constantemente nos últimos 20 anos. Outro país usado como exemplo é a Suíça, cujas leis sobre armas são bem liberais, incluindo a não necessidade de registro de certas armas. Na Suíça mesmo existindo cerca de 0,35 armas por habitante, aproximadamente 3 milhões de armas em circulação, as taxas de criminalidade estão entre as

menores do mundo. Outro país citado pelos autores são os EUA, onde cerca de 43% das residências possuem armas de fogo e cerca de 10 milhões de armas são vendidas anualmente. Nas últimas década o número de homicídios e crimes vêm caindo constantemente, mesmo com o aumento de armas em circulação.

Outro ponto questionado por Quintela e Barbosa é o de que as armas nas mãos de criminosos têm como origem as armas legalmente registradas. Segundo dados expostos pela ong Viva Rio apenas cerca de 24% das armas apreendidas entre 1951 e 2003 eram legalmente registradas. O Estatuto do Desarmamento teve como principal efeito desarmar apenas a população que possuía armas legalmente, já que a maior parte do armamento dos criminosos é obtida através de contrabando.

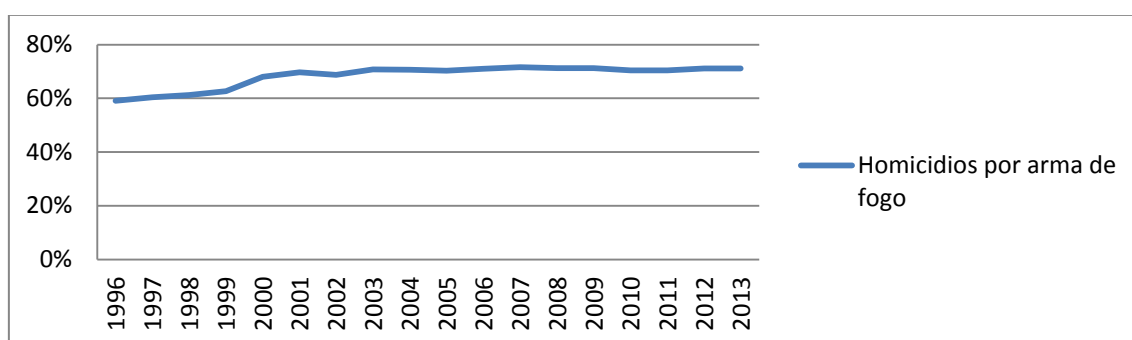
O maior “mito” que os autores buscaram refutar é o de que o desarmamento tem diminuído a criminalidade no Brasil. Segundo os autores ocorreu uma redução no número de homicídios logo após a aprovação do estatuto do desarmamento, mas tanto o número total de homicídios e as taxas de homicídio voltaram a crescer nos anos seguintes, crescendo todos os anos desde 2007. Em alguns estados a criminalidade disparou depois do ED. No Sergipe a criminalidade aumentou 226% entre 1998 e 2008. Além disso, segundo dados do IBGE, o Nordeste mesmo sendo a região com o menor número de armas legais é a região que apresenta a maior taxa de homicídio, 29,6 por 100 mil habitantes. (QUINTELA e BARBOSA, 2015)

A conclusão dos autores é de que “o Estatuto do Desarmamento não foi eficaz na redução de homicídios, pois o estatuto não mudou o perfil criminal do Brasil, e não gerou resultados positivos nos índices de crimes violentos. Mas gerou incômodo a muitos cidadãos de bem que possuíam uma arma em casa”.

5. Análise

A discussão sobre o controle das armas de fogo se dá devido ao grande número de crimes cometidos no Brasil, principalmente aos números de homicídios, que em 2013 passaram dos 56 mil. A participação dos homicídios com armas de fogo em relação ao total de homicídios tem permanecido relativamente constante em aproximadamente 70%, como mostra a Figura 1.

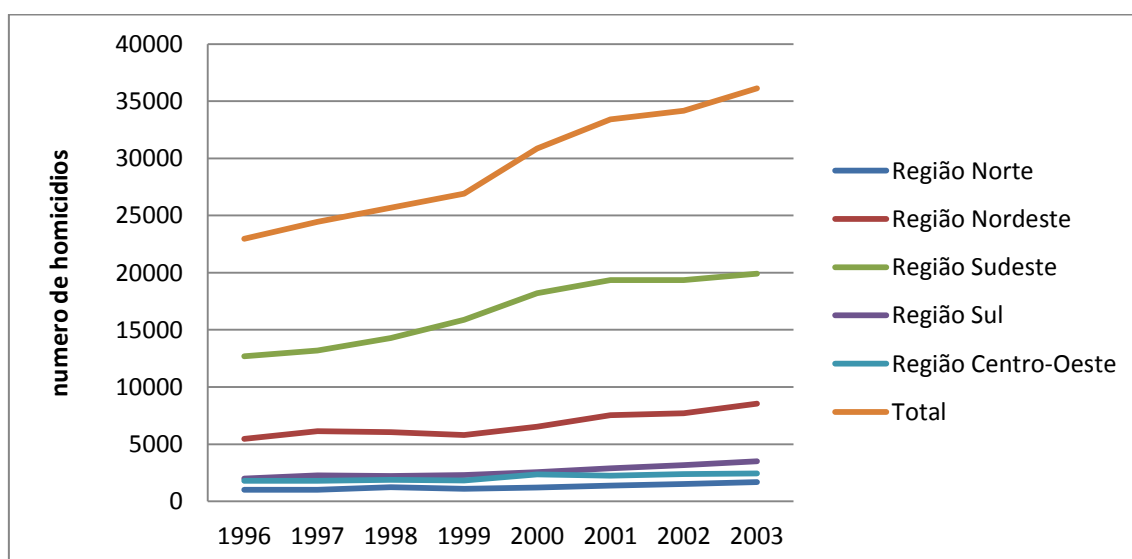
Figura 1: Participação de homicídios por arma de fogo sobre o total de homicídios



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.
Elaboração própria.

O número de homicídios por arma de fogo antes do estatuto do desarmamento tinha um crescimento anual constante de 1996 até 2003. (Figura 2).

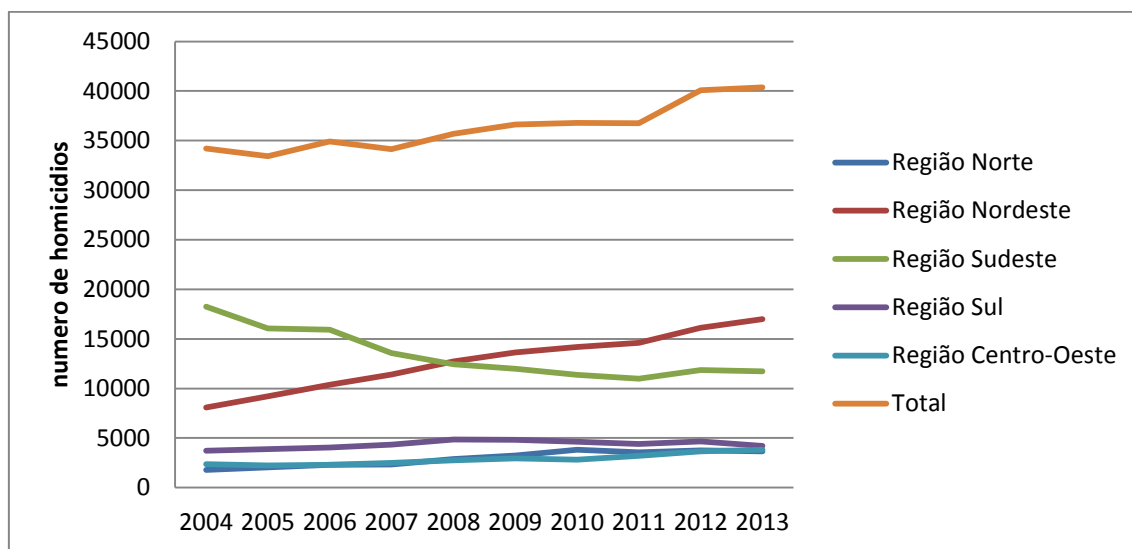
Figura 2: Número de homicídios por arma de fogo 1996 - 2003



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Elaboração própria

Após a aprovação do estatuto do desarmamento pode se observar certa estabilização no número total de homicídios por arma de fogo, ocorrendo uma queda no número de homicídios na região Sudeste, mais especificamente nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, (Figuras 3 e 4).

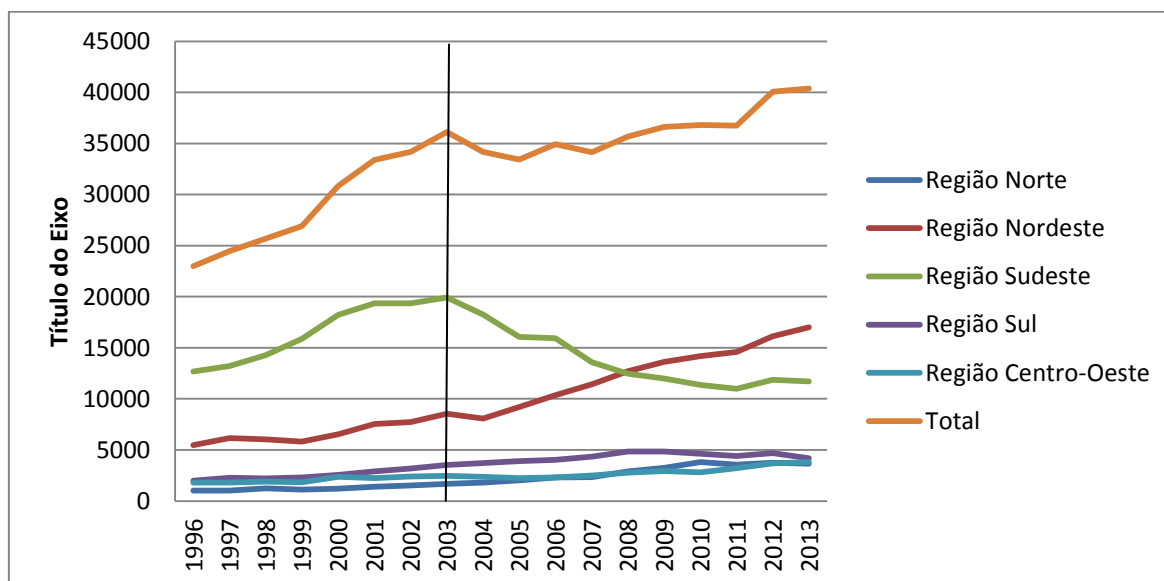
Figura 3: Número de homicídios por armas de fogo 2004-2013



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Elaboração própria

A Figura 4 mostra as mudanças nos números de homicídios por arma de fogo antes e depois da aprovação do estatuto do desarmamento no final de 2003

Figura 4: Homicídios por arma de fogo no Brasil 1996 - 2013



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Elaboração própria

Segundo o *Global Study on Homicide* 2013 feito pela UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime, deve-se tomar cuidado ao analisar as taxas de homicídio dos países, pois pode ocorrer de a taxa nacional não representar corretamente as situações regionais dentro do país. Um exemplo disso é o caso brasileiro, onde a taxa nacional (Tabela 3) diverge bastante da taxa de homicídio de muitos estados (Figura 5)

Tabela 3 –Taxa de homicídio por arma de fogo no Brasil (por 100.000 habitantes) 1996 – 2013

ano	Taxa de homicídio por arma de fogo
1996	14.24
1997	14.93
1998	15.44
1999	15.94
2000	18.02
2001	19.22
2002	19.38
2003	20.21
2004	18.88
2005	18.22
2006	18.82
2007	18.20
2008	18.82
2009	19.13
2010	19.04
2011	18.85
2012	20.39
2013	20.38

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, IBGE.
Elaboração própria

Figura 5: Taxa de óbitos por arma de fogo. 2012.



Fonte: Mapa da violência 2015 usando dados do MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

6. Conclusão

O Estatuto do Desarmamento foi proposto e aprovado com a expectativa de que a diminuição de armas de fogo nas mãos da população causaria uma redução no número de homicídios. O que foi observado após a aprovação do ED foi uma queda momentânea no número de homicídios por arma de fogo. Antes do ED o número de homicídio por arma de fogo crescia em média 6,7% ao ano (1996 a 2003). Após o ED a taxa de crescimento anual no número de homicídios é em média 1,2%.

A variação na taxa de homicídio não foi a mesma em todo o país, sendo observado que a diminuição no número de homicídios desde a aprovação da ED só ocorreu em alguns poucos estados, como observado na figura 7. Na maior parte dos estados a taxa de homicídio teve um aumento se comparados os anos de 2002 e 2012.

Após a aprovação do Estatuto do Desarmamento alguns estados como São Paulo e Rio de Janeiro observaram uma grande queda no número de homicídios, mas outros estados não. Mas os motivos para o sucesso na redução dos homicídios nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro podem ser devido ao investimento na atuação policial, como os programas de repressão instaurados no Estado de São Paulo e a política de ocupação e pacificação de favelas no Rio de Janeiro.

Uma conclusão possível que se pode tirar ao se analisar os dados a níveis nacionais é que o Estatuto do Desarmamento teve um impacto, inicialmente reduzindo o total número de homicídios depois desacelerando o crescimento da taxa de homicídios, que passou a crescer a taxas bem menores que as anteriores ao ED. Mas ao se analisar o dado a níveis estaduais pode-se observar que a queda nas taxas de homicídios se concentrou em poucos estados, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro que viram uma queda de 62,2% e 54,9% na taxa de homicídio respectivamente. Por ser uma lei nacional seu impacto deveria estar presente em todo o território, mas a disparada da violência, principalmente na região Nordeste põe em dúvida se a presença de

armas de fogo nas mãos da população era responsável pelos níveis de violência.

Para se verificar a eficácia e o impacto do Estatuto do Desarmamento são necessários mais estudos, principalmente em regiões onde ocorreu um grande aumento na taxa de homicídio.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKER, J. e MCPHEDRAN, S. **Gun laws and sudden death** *British Journal of Criminology*: v.47, p.455–469, 2007

BANGALORE, S. e MESSERLI, F. **Gun ownership and Firearm-related Deaths** *The American Journal of Medicine*, v.126(10), p.873-876, 2013

BARBOSA, Bene e QUINTELA, Flavio. **Mentiram para mim sobre o desarmamento**. Campinas SP: Vide Editorial. 2015

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)**. Disponível em:<
<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>>.

BRONARS, S. e LOTT, J. **Criminal Deterrence, Geographic Spillovers, and the Right to Carry Concealed Handguns**. *The American Economic Review*, v.88 (2), p.475-479, 1998.

CERQUEIRA, D. e PINHO DE MELLO, J. **Mais armas menos crime**. Texto pra discussão do ipea, nº 1721, 2012

CERQUEIRA, D. e PINHO DE MELLO, J. **Evaluating a National Anti-firearm Law and Estimating the Causal Effect of Guns on Crime**. Texto para discissao do departamento de economia PUC Rio, nº 607, 2013.

CORREA, HECTOR **An analytic approach to the study of gun control policies**. *Socio-economic planning sciences* v.35(4) p.253 -262, 2001

GUHA, B. **Guns and crime**. *Journal Of Economic Behavior & Organization*, Oct, Vol.94, pp.1-10 2013

KOVANDZIC, TV ; MARVELL, TB ; VIERAITIS, LM **The impact of "shall-issue" concealed handgun laws on violent crime rates - Evidence from panel data for large urban cities** *Homicide Studies*, v.9(4), p.292-323, 2005

KOVANDZIC, T E MARVELL, T. **Right-to-carry concealed handguns and violent crime: crime control through gun decontrol?** *Criminology & Public Policy*, v. 2(3), p.363-396, 2003

LANGMANN, CAILLIN **Canadian firearms legislation and effects on homicide 1974 to 2008** *Journal of interpersonal violence* v.27(12) p.2303-2321, 2012

LEE, WS. e SUARDI, S. **The Australian firearms buyback and its effect on gun deaths** *Contemporary economic policy* v.28(1), p.65 -79, 2010

LEIGH, A. e NEILL, C. **Do Gun Buybacks Save Lives? Evidence from Panel Data.** *American Law and Economics Review*, v.12(2), p.462-508, 2010

LESTER, D. **Crime as opportunity: a test of the hypothesis with European homicide rates.** *British Journal of Criminology*, v. 31, p.186-188, 1991.

LOTT JUNIOR, J. R. e MUSTARD, D. B. **Crime, deterrence, and right-to-carry concealed handguns.** *Journal of Legal Studies*, v. 26(1), 1997

MOODY, CE e MARVELL, TB. **The Debate on Shall-Issue Laws** *Econ Journal Watch*, v.5(3), p.269-293, 2008

RUBIN, P. e DEZHBAKSH, H. **The effect of concealed handgun laws on crime: beyond the dummy variables,** *International review of law and economics* v. 23(2), p.199-216, 2003

UNODC *Global Study on Homicide 2013* (United Nations publication, Sales No. 14.IV.1)

WOLFGANG STROEBE. **Firearm possession and violent death: A critical review.** *Aggression and Violent Behavior* v.18, p.709-721, 2013

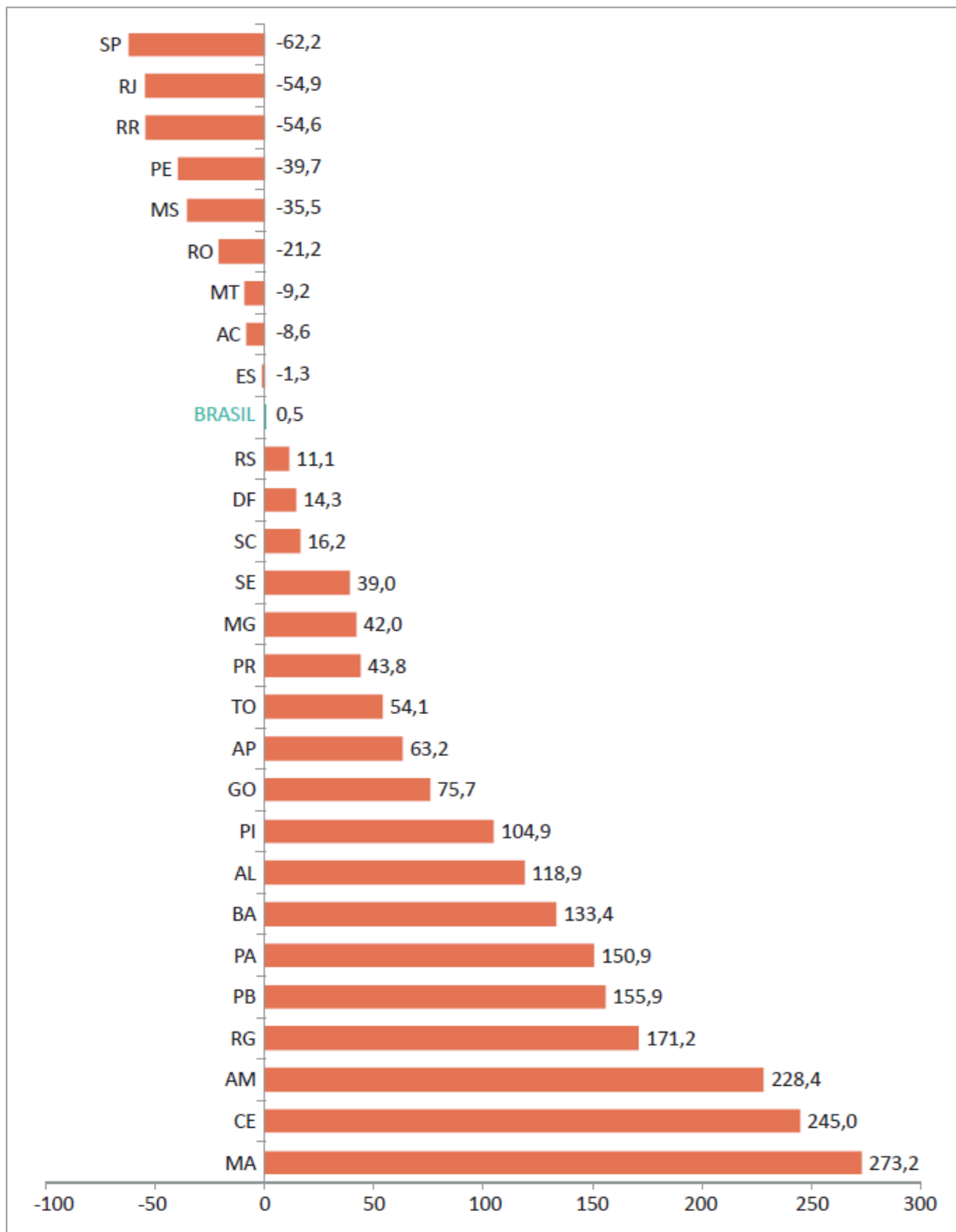
SANTOS, M. J. & KASSOUF, A. L. **Estudos econômicos das causas da criminalidade no Brasil: Evidências e controvérsias.** *Revista economia* v.9(2), p 343-372, 2008

CERQUEIRA, D. R. C.; CARVALHO, A. X. Y.; LOBÃO, W. J. A.; RODRIGUES, R. I. **Análise dos custos e consequências da violência no Brasil.** Texto para discussão do IPEA nº 1284, 2007

YWATA, A.X.T.; CERQUEIRA, D. R. C; RODRIGUES, R. I. e LOBÃO W. J. A.
Custos das mortes por causas externas no Brasil. *Revista brasileira de biometria* v.23(3), p23-47, 2008

Anexo:

Figura 7 Crescimento % das taxas de óbitos por arma de fogo no Brasil.
2002/2012



Fonte: Mapa da violência 2015

Tabela 4 Óbitos por Causas Externas - Brasil

Óbitos por Causas Externas - Brasil																
Óbitos p/Ocorrênc por Região/Unidade da Federação																
Categoria CID10: X93 Agressão disparo de arma de fogo de mão, X94 Agressão disparo arma fogo de maior calibre, X95 Agressão disparo outr arma de fogo ou NE																
Período::1996																
Região/Unidade da Federação	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 2012 2013
Região Norte	1012	1022	1235	1102	1205	1388	1526	1683	1789	2032	2208	2347	2892	3241	3820	3556 3746 3651
.. Rondônia	196	210	306	324	276	373	384	375	332	369	388	323	283	349	348	285 338 300
.. Acre	59	55	57	14	40	55	66	48	49	36	46	49	39	60	62	50 85 97
.. Amazonas	220	201	229	222	250	197	199	173	226	264	377	413	446	571	633	879 853 692
.. Roraima	50	40	53	60	47	42	48	41	30	28	38	28	29	27	29	25 32 69
.. Pará	344	404	434	347	459	543	691	860	973	1199	1296	1390	1935	2042	2520	2082 2150 2254
.. Amapá	91	57	74	61	33	42	50	72	75	54	74	59	66	69	103	78 116 99
.. Tocantins	52	55	82	74	100	136	88	114	104	82	89	85	94	123	125	157 172 140
Região Nordeste	5465	6150	6042	5814	6542	7548	7710	8552	8078	9209	10360	11412	12719	13617	14179	14588 16132 16996
.. Maranhão	178	143	122	95	138	208	238	332	335	472	461	585	689	784	812	939 1142 1382
.. Piauí	45	49	39	57	101	110	122	152	141	156	201	196	169	192	220	264 321 373
.. Ceará	350	446	481	528	653	643	739	846	911	1011	1060	1231	1343	1515	2056	2063 3132 3652
.. Rio Grande do Norte	141	156	141	140	145	213	195	294	235	270	303	441	541	614	615	779 850 1153
.. Paraíba	270	328	292	257	386	353	426	464	464	541	627	659	745	1022	1215	1382 1230 1251
.. Pernambuco	2323	3003	3657	3598	3599	3944	3672	3757	3345	3492	3594	3707	3437	3106	2630	2533 2467 2301
.. Alagoas	516	481	419	381	482	610	718	778	752	914	1304	1555	1600	1569	1721	1937 1737 1872
.. Sergipe	150	116	104	221	279	394	342	342	308	325	414	346	373	448	461	526 653 723
.. Bahia	1492	1428	787	537	759	1092	1206	1587	1587	2028	2296	2692	3822	4367	4449	4165 4600 4289
Região Sudeste	12689	13205	14288	15872	18211	19343	19365	19917	18245	16047	15923	13579	12447	11989	11366	10988 11854 11714
.. Minas Gerais	630	703	842	691	1387	1544	2031	2784	3230	3088	3069	2971	2742	2588	2455	2985 3210 3455
.. Espírito Santo	664	961	1166	1132	1009	1038	1219	1184	1193	1188	1299	1372	1494	1557	1359	1358 1350 1289
.. Rio de Janeiro	6035	6175	5982	6007	6132	6135	6697	6380	6205	5987	5807	5107	4346	4013	4118	3414 3473 3562
.. São Paulo	5360	5366	6298	8042	9683	10626	9418	9569	7617	5784	5748	4129	3865	3831	3434	3231 3821 3408
Região Sul	1999	2270	2221	2290	2553	2885	3173	3513	3719	3898	4034	4330	4855	4832	4620	4390 4673 4192
.. Paraná	794	903	972	1022	1082	1279	1486	1747	1925	2041	2234	2297	2561	2686	2648	2380 2441 2042
.. Santa Catarina	212	226	195	189	221	266	318	404	377	386	381	378	499	505	477	481 495 439
.. Rio Grande do Sul	993	1141	1054	1079	1250	1340	1369	1362	1417	1471	1419	1655	1795	1641	1495	1529 1737 1711
Região Centro-Oeste	1811	1798	1888	1824	2354	2237	2386	2450	2356	2233	2296	2479	2763	2945	2807	3215 3672 3816
.. Mato Grosso do Sul	473	499	417	353	442	397	426	433	387	346	372	401	389	433	339	364 335 314
.. Mato Grosso	429	439	550	476	697	586	592	568	465	484	499	542	579	575	568	605 649 750
.. Goiás	417	396	391	495	650	700	824	813	921	891	923	945	1178	1192	1270	1536 1902 2096
.. Distrito Federal	492	464	530	500	565	554	544	636	583	512	502	591	617	745	630	710 786 656
Total	22976	24445	25674	26902	30865	33401	34160	36115	34187	33419	34921	34147	35676	36624	36792	36737 40077 40369
Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM																
Nota:																
Em 2011, houve uma mudança no conteúdo da Declaração de Óbito, com maior detalhamento das informações coletadas. Para este ano, foram utilizados simultaneamente os dois formulários. Para mais detalhes sobre as mudanças ocorridas e os seus efeitos, veja o documento "Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM: Consolidação da base de dados de 2011".																

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM
Elaboração própria.